

ORIENTAÇÃO E ABORDAGEM DA GRAVIDEZ PRECOCE NO AMBIENTE ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PAPEL DOS GESTORES E PROFESSORES DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Sarah Reis Fernandes¹
Livia Vaz de Oliveira²
Cláudia Alexandre de Freitas Oliveira³
Adriana Maria Vieira Mollica⁴

RESUMO

A gravidez precoce é um desafio significativo enfrentado por muitas jovens em idade escolar. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019) sugere que esse fenômeno tem implicações profundas não apenas para a saúde e o bem estar das adolescentes, mas, também para suas trajetórias educacionais e perspectivas futuras. De acordo com os PCNs, a educação sexual deve ser abordada de forma interdisciplinar, integrando diferentes disciplinas para promover uma compreensão ampla e crítica sobre essa temática. Este estudo buscou investigar o papel das escolas na prevenção da gravidez precoce e na abordagem dos impactos educacionais e sociais envolvidos, com base nos conceitos da BNCC e dos PCNs. O objetivo principal foi analisar as práticas adotadas pelas escolas na abordagem da gravidez precoce, com ênfase no papel desempenhado pelos gestores e professores do 5º ano do Ensino Fundamental I. O percurso metodológico utilizado incluiu abordagem qualitativa e descritiva e uma pesquisa básica sobre a temática em livros e artigos publicados em sites como, *Scielo* e *Web of Science*. Foi realizado um estudo de caso e para coleta dos dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com duas pedagogas e um coordenador, de uma escola da rede pública, situada na cidade de Divinésia, MG. Os resultados mostram que, embora existam diretrizes nacionais para a educação sexual, ainda há lacunas na formação docente e na implementação de políticas escolares efetivas. Conclui-se que a orientação e a abordagem da gravidez precoce no ambiente escolar são essenciais para promover uma educação integral que prepare os estudantes para a vida em sociedade. Além disso, o papel dos gestores e professores é especialmente relevante, pois eles não apenas introduzem o tema, mas também criam as condições para que o ambiente escolar se torne um espaço seguro e acolhedor para o desenvolvimento dessas discussões.

Palavras-Chave: *Gravidez Precoce; Educação Sexual; Ambiente Escolar; BNCC.*

¹ Discente do Curso de Pedagogia UNIFAGOC. E-mail: liviavaz246@gmail.com

² Discente do Curso de Pedagogia UNIFAGOC. E-mail. sarahfernandes871@gmail.com

³ Docente do Curso de Pedagogia UNIFAGOC. E-mail: claudia.oliveira@unifagoc.edu.br

⁴ Diretora e Docente do Curso de Pedagogia UNIFAGOC. E-mail: nae@unifagoc.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A gravidez precoce é um desafio significativo enfrentado por muitas jovens em idade escolar. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019) esse fenômeno tem implicações profundas não apenas para a saúde e o bem estar das adolescentes, mas também para suas trajetórias educacionais e perspectivas futuras. No contexto escolar, a gravidez precoce torna uma questão complexa que requer uma abordagem cuidadosa e integrada, dada a necessidade de oferecer suporte adequado e informação precisa aos alunos.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a educação sexual deve ser abordada de forma interdisciplinar, ou seja integrando diferentes disciplinas para promover uma compreensão ampla e crítica dos temas relacionados à sexualidade e à saúde reprodutiva (BRASIL, 1998, p.13). Essa abordagem visa proporcionar aos alunos um ambiente seguro e informativo, onde possam discutir e aprender sobre temas sensíveis de maneira aberta e respeitosa.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estabelecida em 2017, reforça a importância de uma educação sexual que prepare os alunos para lidar com questões de gênero, sexualidade e saúde de forma informada e responsável. No entanto, apesar das diretrizes estabelecidas pelos documentos oficiais, existe uma desigualdade significativa entre as políticas educacionais e a prática real nas escolas.

Fernandes e Lorenzetti (2019, p.14) argumentam que, embora haja um reconhecimento formal da necessidade de educação sexual, as práticas educacionais muitas vezes sofrem de limitações e retrocessos, dificultando a implementação efetiva dessas diretrizes.

Além disso, autores como Holanda (2010), Altmann (2013) e Nothaft (2014) destacam a importância de uma abordagem sensível e inclusiva, que respeite as diversas realidades e necessidades dos alunos. Eles ressaltam que, para além da transmissão de informações, é crucial criar um ambiente escolar acolhedor, onde os jovens possam se sentir seguros para discutir suas dúvidas e preocupações.

Nesse sentido, a participação ativa dos gestores e professores, é essencial. Maia (2019, p. 11) enfatiza que o papel desses profissionais não é apenas transmitir conhecimento, mas também atuar como facilitadores de um ambiente de apoio e compreensão, especialmente em séries como o 5º ano do Ensino Fundamental, onde os

estudantes começam a desenvolver uma compreensão mais complexa de si mesmos e suas relações sociais. A falta de uma abordagem adequada pode resultar em uma série de consequências negativas, incluindo a exclusão social das estudantes grávidas, abandono escolar, e perpetuação de estigmas e preconceitos.

Sendo assim, o problema de pesquisa deste estudo é: como a orientação e a abordagem da gravidez precoce são realizadas no ambiente escolar e qual é o papel do gestor e professores do 5º ano do Ensino Fundamental nesse processo? O objetivo geral deste trabalho é analisar as práticas adotadas pelas escolas na abordagem da gravidez precoce, com ênfase no papel desempenhado pelos gestores e professores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o embasamento teórico deste estudo, buscou-se autores sobre os seguintes temas: “O papel das escolas na prevenção da gravidez precoce (estratégias efetivas de educação sexual)”; “Desafios na educação sexual: escolas e professores estão preparados para esta aula?”; “Gravidez precoce: os impactos dos fatores sociais e educacionais” e “Educação sexual e BNCC: desafios na implementação das diretrizes de um gênero, sexualidade e saúde nas escolas”.

2.1 O papel das escolas na prevenção da gravidez precoce (estratégias efetivas de educação sexual)

A escola desempenha um papel importante na prevenção da gravidez precoce, sendo ambiente privilegiado para a promoção da saúde sexual e reprodutiva entre os adolescentes.

Guimarães (1995) argumenta que a educação sexual deve ser integrada ao currículo escolar de maneira interdisciplinar, abordando não apenas aspectos biológicos, mas, também, os sociais, emocionais e culturais.

A inclusão de temas como contracepção, relações interpessoais e autoestima pode ajudar a capacitar os jovens a tomarem decisões informadas sobre sua saúde sexual. Além disso, Leão (2009) sugere que a escola tem a responsabilidade de envolver as famílias nesse processo educativo, promovendo diálogos abertos e colaborativos que permitam a desconstrução de tabus e preconceitos relacionados à sexualidade.

As ações educativas na escola, portanto, devem ser planejadas para alcançar tanto os alunos quanto suas famílias, criando uma rede de apoio que favoreça a prevenção da gravidez precoce.

Incluir a família nesse processo de informação faz parte de uma série de estratégias que podem deixar os adolescentes mais informados e confortáveis para dialogar sobre essa temática. Observa-se na literatura algumas dessas estratégias e trabalhos que, além de informar, esclarece as dúvidas dos estudantes.

Além da abordagem proposta, as escolas devem ter programas educativos que sejam baseados em evidências, e proporcionar aos professores formação constante para garantir que tenham informações mais recentes e consigam lidar com essa temática, podendo sempre explicar com empatia e confiança.

Para enriquecer o aprendizado e proporcionar aos alunos informações corretas e recursos adequados, se faz necessário e essencial ter parcerias com profissionais de saúde. Direcionamento e palestras conduzidas por médicos, psicólogos e enfermeiros não apenas oferecem informações detalhadas e práticas sobre saúde sexual e reprodutiva, mas também ajudam a esclarecer e simplificar esses temas, tornando mais acessíveis e compreensíveis.

Envolver as escolas e as comunidades locais através de eventos e colaborações podem amplificar significativamente o impacto das iniciativas educativas e criar um ambiente de apoio e significativo para os jovens.

2.1.1 Desafios na educação sexual: escolas e professores estão preparados para esta aula?

É preciso compreender o verdadeiro significado da educação sexual, pois a sociedade frequentemente associa o termo apenas ao ato sexual. No entanto, educação sexual vai além de explicar questões relacionadas a desejos ou práticas sexuais. Ao tratar da sexualidade, o foco está em discussões que podem ampliar conhecimentos sobre relações afetivas e de intimidade, que envolvem aspectos como afeto, emoções, sentimentos e o bem-estar geral. Para uma abordagem eficiente sobre educação sexual, é necessário reconhecer que ela abrange diversas dimensões do ser humano e não se restringe apenas à prática do sexo.

É possível encontrar alguns estudos sobre a educação sexual que mostram que um dos grandes desafios é fazer com que os adolescentes exponham as suas dúvidas sobre o

tema. É preciso salientar que a educação sexual tem como objetivo promover a superação das próprias barreiras socioemocionais do indivíduo, para gerar atitudes positivas sobre a sexualidade.

Percebe-se que nas escolas a abordagem da educação sexual ainda é pouco discutida, e isso se dá por vários motivos, entre eles, o fato de algumas famílias não saberem conversar com seus filhos de forma simples, por considerar o assunto um tabu.

Apesar da importância da educação sexual nas escolas, muitos desafios ainda persistem. A falta de preparo adequado dos professores, a escassez de recursos pedagógicos e a resistência de alguns setores da sociedade são obstáculos significativos.

De acordo com a literatura, estudos sugerem a necessidade de a escola abordar a educação sexual com professores capacitados, ou seja, docentes que tenham conhecimentos acerca da temática para que haja a identificação e prevenção das crianças e adolescentes que possam sofrer, inclusive, violência e abuso sexual. É preciso lembrar que uma grande parte das escolas ainda são carentes em intervenções em relação a educação sexual, contudo, a escola é um ambiente onde o cidadão é educado e formado, assim é preciso ter um olhar que vise intervenções preventivas sobre esse assunto (HONHENDORFF; PATIAS, 2017).

Discutir violência sexual significa, necessariamente, discutir sexualidade com os adolescentes. Pensar possíveis soluções para o problema da violência sexual implica pensar crianças e adolescentes como sujeitos ativos – proteger da violência e do abuso não significa isolá-los do mundo (real e virtual), mas prepará-los para lidar com essas situações. Para tanto, a abertura para falar sobre sexualidade é imprescindível (LANDINI, 2011, p. 97-98 *apud* VAGLIATI; GAGLIOTTO, 2014, p. 4).

Conforme sugere os autores Lück, Freitas, Girling & Keith (2002), a gestão escolar precisa estar atenta a esses desafios e trabalhar para superá-los, garantindo que os professores estejam capacitados e confortáveis para abordar temas sensíveis com seus alunos.

Ariza (2004) reforça que os gestores educacionais devem estar em constante diálogo com a comunidade escolar, identificando as necessidades e expectativas dos alunos e suas famílias em relação à educação sexual. Sem o suporte adequado, as iniciativas de educação sexual podem falhar em atingir seus objetivos, deixando os jovens vulneráveis a comportamentos de risco.

Em 2001, foi introduzido um documento de grande relevância no campo educacional: o Plano Nacional de Educação (PNE/Lei 10.172/2001). Este plano definiu diretrizes, metas e estratégias para a política educacional, com validade até 2010. Entre seus principais objetivos, o foco estava na formação de professores, incluindo em suas diretrizes curriculares a abordagem de temas transversais, como questões de gênero, educação sexual, ética, saúde e contextos locais. No entanto, o PNE não foi plenamente implementado, e seus objetivos foram atingidos apenas parcialmente (BARBOSA; VIÇOSA; FOLMER, 2019).

Na proposta de construir um novo PNE, previsto para 2011 – 2020, ocorreram em 2009 as Conferências Municipais e Estaduais, e no ano seguinte a Conferência Nacional de Educação para que a partir daí fosse elaborado o PNE. Observamos que sobre sexualidade, o tema foi contemplado no Eixo II, intitulado: Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos com as proposições e estratégias de que promovam a igualdade racial, de gênero, por orientação sexual e identidade de gênero, os direitos reprodutivos, de prevenção a abusos e exploração sexual (CONAE, 2014 apud BARBOSA; VIÇOSA; FOLMER, 2019, p. 4).

De acordo com os autores mencionados, a temática sexualidade é apontada como tabu no ambiente escolar, sendo um grande desafio para os docentes. Nos dizeres de França (2021, p. 19),

Na prática o maior desafio é inserir abordagens dos temas sexualidade e educação sexual no âmbito escolar, o professor que for trabalhar com esses temas precisa possuir conhecimento e domínio pleno, pois algumas pesquisas realizadas apontam como um dos fatores para a dificuldade de se trabalhar a educação sexual em ambientes escolares, a ausência de informações, especializações e capacitações docentes

A autora esclarece que temas como sexualidade e educação sexual nas escolas enfrenta desafios significativos como falta de preparo e formação específica do professor, pois o ensino sobre essa temática é preciso ter conhecimento aprofundado e domínio sobre os assunto.

Se faz necessário a adoção de uma formação continuada para o desenvolvimento profissional dos docentes. No entanto, essa prática pode se revelar complexa, pois envolve questões relacionadas às características individuais e aos limites pessoais dos professores, além de lidar com a diversidade de demandas dos alunos. Também é necessário considerar os diversos contextos educacionais, como a cultura da instituição, adaptações de conteúdos e métodos de ensino, e a escassez de recursos didáticos e humanos que são

fundamentais para apoiar o trabalho em sala de aula (NARDI; QUARTIERO, 2012; MADUREIRA; BRANCO, 2015; PALMA et al., 2015; GAVA; VILLELA, 2016).

Para que essa formação seja efetiva são necessários alguns pressupostos. O primeiro é que o professor seja considerado construtor, sujeito de sua própria maneira de ser e agir profissionalmente, onde toda a experiência é considerada e valorizada. O segundo pressuposto é que o professor precisa ter suporte, através de apoio, desafios e estímulos lançados durante o processo de educador. O terceiro é que precisamos considerar a escola como objeto de reflexão e como um local de ação, ou seja, devemos enxergar o professor como um sujeito pensante, reflexivo e que toma decisões, inova, atua e avalia. Por fim, é imprescindível que o professor seja visto como um profissional que produz saberes e não que simplesmente segue técnicas e as transmite de um único modo (ARGENTI; MILANI, 2017, p. 219).

Além disso, é preciso destacar que a escola e a equipe pedagógica devem ser vistas como responsáveis pela educação sexual, mesmo que a educação formal sobre sexualidade não seja implementada. Isso evidencia a importância de promover, no cotidiano escolar, a educação sexual, com o objetivo de reduzir as barreiras impostas pela própria instituição em relação ao desenvolvimento dessa prática (JAQUES; PHILBERT; BUENO, 2012; NARDI, QUARTIERO, 2012; SILVA; GUERRA, 2013; MADUREIRA; BRANCO, 2015; GAVA; VILELLA, 2016).

França (2021, p. 21) reforça que a proposta contida nos PCN visa abordar a sexualidade com foco nas emoções e base do senso comum dos estudantes, e assim proporcionar reflexões e discussões que garantam o desenvolvimento da autonomia desses educandos, ou seja, que permita a habilidade de discernimento e opção quanto a realização da própria sexualidade. Desta forma, a escola deve garantir o acesso ao conhecimento científico de maneira interdisciplinar aos educandos, para que esses aprendam a lidar com a própria sexualidade de forma protegida, saudável, sem a presença do preconceito e tabus, ainda existentes, como é pontuado pelo PCN.

A falta de capacitação dos professores é um dos principais entraves para a implementação efetiva da educação sexual nas escolas. Muitos educadores não se sentem preparados para abordar questões de sexualidade, o que resulta em um ensino superficial e, muitas vezes, evasivo. Segundo França (2021), a ausência de formação específica e de atualização sobre temas de sexualidade dificulta a inserção de abordagens mais aprofundadas no currículo escolar. Portanto, é imprescindível que as instituições de ensino promovam programas de formação continuada, que não apenas capacitem os docentes, mas também os encorajem a lidar com suas inseguranças ao discutir esses temas

sensíveis. Essa capacitação deve incluir a compreensão das diversidades de gênero e sexualidade, além de abordagens que considerem o contexto social e cultural dos alunos.

Outro desafio significativo é a escassez de recursos pedagógicos adequados. A falta de materiais didáticos, como livros, vídeos e outras ferramentas que abordem a educação sexual de maneira inclusiva e abrangente, limita a capacidade dos professores de oferecer um ensino que promova a reflexão crítica e a conscientização. Honhendorff e Patias (2017) destacam que a disponibilidade de recursos adequados é crucial para que os educadores possam implementar atividades que incentivem o diálogo e a participação ativa dos alunos. Sem esses recursos, as iniciativas de educação sexual tornam-se ineficazes, e o potencial de transformação que esse tipo de educação oferece é drasticamente reduzido.

Por fim, a resistência de alguns setores da sociedade representa um desafio considerável para a efetivação da educação sexual nas escolas. Existem grupos que veem a educação sexual como uma ameaça aos valores familiares e à moralidade, levando a uma luta política e social que dificulta a implementação das diretrizes da BNCC. Como apontam Barbosa, Viçosa e Folmer (2019), essa resistência pode se manifestar na forma de pressão sobre as escolas para que evitem abordar questões relacionadas à sexualidade, reforçando estigmas e tabus que perpetuam a desinformação. Para superar essa resistência, é fundamental que as escolas estabeleçam diálogos com a comunidade, promovendo a conscientização sobre a importância da educação sexual para a formação integral dos estudantes e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

2.2 Gravidez precoce: os impactos dos fatores sociais e educacionais

Os fatores sociais e educacionais desempenham um papel importante na incidência de gravidez precoce. Queiroz *et al.* (2017) observam que a gravidez na adolescência está fortemente associada a contextos de pobreza, onde as jovens têm menos acesso à educação e aos serviços de saúde. A exclusão social e a falta de perspectivas profissionais também contribuem para que essas adolescentes vejam a maternidade como uma opção viável ou até inevitável. Além disso, a falta de um ambiente escolar inclusivo e de apoio pode levar ao abandono escolar, perpetuando o ciclo de pobreza e limitando as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional dessas jovens. A educação sexual nas escolas, quando bem implementada, pode atuar como um fator de proteção,

mas deve ser complementada por políticas públicas que abordem as desigualdades sociais de maneira mais ampla.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a taxa de gravidez precoce no Brasil, especialmente entre adolescentes de 15 a 19 anos, permanece alta, apesar de uma leve redução nos últimos anos. Em 2019, aproximadamente 400 mil partos foram registrados nessa faixa etária, representando 15,5% de todos os nascimentos no país. Esse dado revela um grande desafio para a educação pública e para as políticas de saúde, visto que a maioria dessas jovens provém de contextos socioeconômicos vulneráveis. Além disso, a evasão escolar é um problema recorrente entre adolescentes que engravidam.

O Censo Escolar aponta que, de 2015 a 2020, a gravidez foi um dos principais motivos de abandono escolar no ensino médio, prejudicando o futuro acadêmico e profissional dessas jovens. Esses dados reforçam a necessidade de uma abordagem educativa mais ampla, que inclua não só a educação sexual nas escolas, mas também políticas de apoio social e econômico que previnam a gravidez precoce e promovam a reinserção dessas jovens no sistema educacional.

2.3 Educação sexual e BNCC: desafios na implementação das diretrizes de gênero, sexualidade e saúde nas escolas

A aplicação das recomendações sobre gênero, orientação sexual e bem-estar na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) está confrontando vários obstáculos. De acordo com Fernandes e Lorenzetti (2019), embora a BNCC, aprovada pelo Plano Nacional de Educação em 2017, tenha definido diretrizes claras para a integração da educação sexual no programa escolar, existe uma oposição que enxerga essas recomendações como um retrocesso, principalmente em um cenário político e social mais conservador.

A formação sexual é contemplada em dois pilares fundamentais da BNCC: Educação em Saúde e Diversidade e Inclusão. O primeiro aborda assuntos como convívio interpessoal, autoconhecimento, sexualidade, consentimento e prevenção de enfermidades, buscando garantir o bem-estar completo dos estudantes. Já o segundo pilar visa estimular o respeito à diversidade de gênero e sexual, utilizando a formação sexual como instrumento para combater o preconceito e incentivar a integração.

Dessa forma, é fundamental considerar que a implementação dessas diretrizes pode ser muito diferente em cada região do país, devido às diferenças

locais em termos de recursos e capacitação dos professores. Portanto, para garantir que a BNCC seja realmente eficaz na promoção da educação sexual, é essencial que as escolas recebam apoio constante na formação de professores e no fornecimento de materiais didáticos adequados, juntamente com um comprometimento por parte das autoridades educacionais para combater o preconceito e promover a igualdade de gênero dentro das salas de aula.

2.3.1 Eixos da BNCC

A BNCC incorpora a educação sexual principalmente nos seguintes eixos:

1. **Educação em Saúde:** Este eixo aborda temas como autoconhecimento, sexualidade, consentimento e prevenção de doenças, promovendo o bem-estar integral dos estudantes.
2. **Diversidade e Inclusão:** Este pilar busca estimular o respeito à diversidade de gênero e sexual, utilizando a formação sexual como uma ferramenta para combater o preconceito e promover a inclusão.

2.3.2 Outras Legislações Pertinentes

Além da BNCC, outras legislações que apoiam a educação sexual nas escolas incluem:

- **Lei nº 13.415/2017:** Institui a educação integral e diversificada, promovendo o desenvolvimento de competências e habilidades em diversos aspectos, incluindo a saúde e a sexualidade.
- **Plano Nacional de Educação (PNE):** Este plano estabelece diretrizes para a educação brasileira, enfatizando a necessidade de integrar a educação sexual no currículo.
- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996:** Define que a educação deve abordar questões relacionadas à saúde e sexualidade como parte do currículo.

Percebe-se a importância da educação sexual nas escolas como uma forma de prevenção não somente às doenças sexualmente transmissíveis, mas, também,

para prevenir uma gravidez precoce, pois essas meninas ainda se encontram na fase do desenvolvimento da adolescência. Uma gestação precoce favorece, na grande maioria das vezes, a evasão escolar.

3 METODOLOGIA

Nesta etapa será apresentado o percurso metodológico de investigação a ser utilizado para a realização deste estudo.

O presente estudo possui caráter qualitativo e será realizado um estudo de caso, o qual, de acordo com Gil (2008, p. 54), é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir seu amplo e detalhado conhecimento.

Já a pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2009), abrange um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, ou seja, trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes. A partir desse tipo de pesquisa, busca-se compreender a complexidade dos fenômenos, fatos e processos particulares e específicos.

Trata-se também de uma pesquisa básica, que, de acordo com Marconi e Lakatos (2017, p.58), busca desenvolver teorias e princípios, sem se preocupar diretamente com a sua aplicação prática imediata, mas sim em contribuir para o conhecimento científico em geral.

A pesquisa será aplicada na Escola Municipal Doutor José Campomizzi em Divinésia MG. A escola está localizada na cidade e atende alunos das zonas urbana e rural, com idades entre 6 e 10 anos. Atualmente, são 18 turmas distribuídas em dois turnos, contando com 25 professores, entre especialistas e regentes, além de cuidadoras que auxiliam no acompanhamento dos alunos. A instituição busca oferecer um ambiente educativo inclusivo, adequado às necessidades de todas as crianças. Para a coleta de dados, será realizada a entrevista semiestruturada com 2 professores e 1 gestor (a) da escola municipal investigada. Segundo Martins (2018), a entrevista semiestruturada é um método que permite aos pesquisadores coletar dados diretamente com o grupo de pesquisa. As entrevistas com as participantes serão gravadas mediante a autorização das mesma, transcritas e analisadas por meio de método interpretativo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados das entrevistas revelam desafios e variações nas abordagens educacionais sobre a gravidez precoce e a educação sexual, com diferenças significativas nas políticas e práticas entre as escolas e nos métodos aplicados pelos professores.

4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

A tabela abaixo apresenta o perfil dos entrevistados, incluindo nome, idade, formação e tempo de atuação na área da educação.

Tabela 1: Entrevistados da pesquisa

Identificação	Idade	Formação	Tempo de Atuação
Entrevistada A	37 anos	Pós em Psicopedagogia, Neuropsicopedagogia, Supervisão Escolar e AEE.	14 anos
Entrevistado B	50 anos	Especialização em Educação Especial, Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia, História e Cultura Afro-brasileira.	Mais de 20 anos
Entrevistada C	50 anos	Neuropsicopedagogia, Educação Especial e Educação Infantil.	32 anos

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Em entrevista com dois professores e uma gestora, foi possível perceber que a abordagem sobre gravidez precoce nas escolas ainda é bastante limitada. A entrevistada A, por exemplo, afirmou que, apesar de trabalhar com o sistema reprodutivo em suas aulas, a questão da gravidez precoce não é abordada de maneira direta:

“Apesar de trabalharmos com os alunos sobre o sistema reprodutivo, a gravidez precoce não é um tema que chega de forma direta nas minhas aulas. Eu abordo mais o conceito

biológico.” (Entrevistada A).

Este ponto reflete uma crítica presente em estudos como o de Fernandes e Lorenzetti (2019), que destacam a falta de uma abordagem interdisciplinar nos currículos escolares, especialmente no que se refere à educação sexual. A abordagem das ciências biológicas não é suficiente para tratar das implicações sociais e emocionais envolvidas na gravidez precoce, como bem apontam os PCNs (p. 13), que sugerem uma educação sexual mais holística e integrada.

Por outro lado, o entrevistado B compartilhou uma visão semelhante, mencionando que, embora a educação sexual seja abordada de forma geral em suas aulas, a gravidez precoce não é discutida com a profundidade necessária:

“Eu tento trazer o tema quando surge alguma oportunidade durante o ano, mas não há um momento específico na grade curricular para isso. Eu sei que é importante, mas o tempo de aula é sempre limitado” (Entrevistado B).

Essa limitação no tempo e na grade curricular é uma realidade apontada por Maia (2019), que afirma que, embora o tema da gravidez precoce seja reconhecido como importante, a falta de espaço adequado para a discussão nas escolas torna-se um obstáculo significativo para sua efetiva abordagem.

A capacitação dos professores também se mostrou um fator crucial para a abordagem do tema. A entrevistada A relatou que não recebeu uma formação específica para lidar com a gravidez precoce e a educação sexual em suas aulas e afirma:

“Não recebi capacitação formal para trabalhar com gravidez precoce ou educação sexual.” (Entrevistada A).

Essa ausência de capacitação especializada é um problema observado em diversos estudos sobre a formação de professores, como os de Altman (2013) e Notaft (2014), que destacam a necessidade urgente de programas de capacitação para docentes, com foco na educação sexual, especialmente em temas delicados como a gravidez precoce. A BNCC (2017) reconhece a importância de tratar dessas questões, mas enfatiza que isso só será possível por meio de uma formação docente que prepare os educadores para as demandas do século XXI.

A entrevistada C trouxe uma perspectiva mais positiva sobre a abordagem do

tema, embora também tenha destacado a falta de formação adequada para trabalhar com a gravidez precoce:

“Embora eu seja formada em ciências e trate de alguns aspectos do sistema reprodutivo, sinto falta de uma capacitação voltada para as questões sociais que envolvem a gravidez precoce. Acho que seria importante para os professores poderem se aprofundar nessas questões” (Entrevistada C).

Esse comentário está em consonância com as ideias de Lacerda et al. (2017), que argumentam que, para um enfrentamento eficaz da gravidez precoce, é necessário que os professores compreendam tanto os aspectos biológicos quanto os sociais que envolvem o tema. A inclusão de uma formação continuada nas escolas, com enfoque na saúde e nas questões sociais, é fundamental para garantir que os educadores consigam tratar desses assuntos de forma ética e respeitosa.

Além disso, os entrevistados concordaram que a resistência dos alunos em discutir questões relacionadas à gravidez precoce também é um desafio. A entrevistada A apontou:

“Os alunos costumam ter dificuldade em falar sobre esses assuntos. Quando o tema surge, há uma tendência a fazer piadas ou brincadeiras, o que dificulta a criação de um ambiente propício para a discussão” (Entrevistada A).

Esse comportamento reflete o que Altman (2013) descreve como uma reação típica de resistência, muitas vezes devido ao caráter ainda tabu desses temas na sociedade. No entanto, a entrevistada C acredita que, com o tempo, os alunos demonstram curiosidade e engajamento, desde que o tema seja tratado de forma respeitosa e sem julgamentos:

“Embora seja um tema delicado, os alunos demonstram curiosidade quando abordamos a questão de forma respeitosa e sem julgamentos” (Entrevistada C).

Essa abordagem, sugerida por Notaft (2014), pode ser uma estratégia eficaz para engajar os alunos e promover discussões mais profundas sobre o impacto da gravidez precoce em suas vidas.

Portanto, a gravidez precoce no contexto escolar é um tema que, apesar de sua relevância, ainda encontra barreiras significativas para sua abordagem efetiva. A

formação e capacitação dos professores, a integração de temas sociais ao currículo escolar e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas sensíveis às realidades dos alunos são fundamentais para criar um ambiente escolar mais inclusivo e consciente das necessidades dos jovens, especialmente os que enfrentam a realidade da gravidez precoce.

5 CONCLUSÃO

A abordagem da gravidez precoce no ambiente escolar representa um desafio significativo, dada a complexidade do tema e a necessidade de adaptação dos conteúdos para alunos em idade de formação básica. Através de uma educação sexual informativa e preventiva, a escola pode atuar como um agente transformador, promovendo o conhecimento e auxiliando na construção de valores responsáveis e saudáveis entre os alunos. Essa ação não apenas prepara os estudantes para compreender as mudanças do corpo e as relações interpessoais, mas também contribui para a redução dos índices de gravidez precoce.

No contexto específico do 5º ano do Ensino Fundamental, os gestores e professores desempenham um papel fundamental nesse processo. Eles são responsáveis por implementar estratégias que integrem a educação sexual de maneira adequada à faixa etária dos alunos, garantindo que o tema seja tratado com sensibilidade e respeito. A formação desses profissionais e o suporte institucional são essenciais para que eles se sintam capacitados a abordar o assunto com segurança e clareza. Além disso, a participação ativa da escola na orientação dos estudantes pode ajudar a consolidar uma rede de apoio entre a comunidade escolar e as famílias, facilitando um diálogo mais aberto e produtivo.

Entretanto, existem desafios que dificultam a efetividade da educação sexual nas escolas, incluindo ausência de formação específica, falta de preparação adequada dos professores, escassez de recursos pedagógicos e material didático adequado sobre a temática e o impacto de fatores culturais e sociais. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe diretrizes para que a educação sexual seja trabalhada de maneira transversal, mas sua implementação ainda encontra resistência em alguns contextos. Para que a escola cumpra seu papel de forma eficaz, é necessário que haja um esforço conjunto entre gestores, professores e comunidade, garantindo que o conteúdo seja transmitido de forma acessível e contextualizada, sempre respeitando as particularidades de cada grupo.

Conclui-se que a orientação e a abordagem da gravidez precoce no ambiente escolar são essenciais para promover uma educação integral que prepare os estudantes para a vida em sociedade. No 5º ano do Ensino Fundamental, o papel dos gestores e professores é especialmente relevante, pois eles não apenas introduzem o tema, mas também criam as condições para que o ambiente escolar se torne um espaço seguro e acolhedor para o desenvolvimento dessas discussões. Através de uma abordagem responsável e inclusiva, a escola pode desempenhar um papel preventivo significativo, colaborando para a formação de jovens mais informados e conscientes sobre as consequências e responsabilidades de suas escolhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGENTI, Paula Camila; MILANI, Débora Raquel Da Costa. Educação sexual e docência: as relações de gênero, a diversidade e a sexualidade dentro da escola. DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, v. 19, n. 2, p. 212-223, 2017.

BARBOSA, Luciana Uchôa; VIÇOSA, Cátia Silene Carrazoni Lopes; FOLMER, Vanderlei. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 11, n. 10, p. 772, 23 set. 2024.
BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Nascimento de crianças de mães adolescentes**: 2019. Acesso em: 1 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 1 out. 2024.

FRANÇA, Gêisa dos Santos. Educação sexual na escola: princípios, objetivos e desafios. Monografia apresentada no curso de graduação da Faculdade AGES de Lagarto, 2021.

HOHENDORFF, Jean Von; HABIGZANG, Luisa Fernanda; KOLLER, Sílvia Helena. Violência sexual contra meninos: Teoria e intervenção. Curitiba: Juruá. 2014.

LACERDA, Erica Dionísia de et al. **Gravidez na adolescência: ações lúdicas no ensino médio: relato de experiência do projeto de extensão.** Ciência, Cuidado e Saúde, Campina Grande, v. 16, n. 2, p. 1-7, 23 set. 2024.

NEVES, Ariane Mendonça et al. **Práticas educativas com gestantes adolescentes visando a promoção, proteção e prevenção em saúde.** Revista Mineira de Enfermagem, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 241-244, jan.-mar.

QUEIROZ, Maria Veraci Oliveira et al. **Grupo de gestantes adolescentes: contribuições para o cuidado no pré-natal.** Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v. 37, n. esp., p. 1-7, jun. 2017.

GUIMARÃES, I. **Educação sexual na escola: Mito ou realidade.** Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.

JAQUES, André Estevam; PHILBERT, Larissa Angélica da Silva; BUENO, Sonia Maria Villela. Significados sobre sexualidade humana junto aos professores do ensino fundamental. Arquivos de Ciências Saúde da UNIPAR, Umuarama, v. 16, n. 1, p. 45-50, 2012.

LEÃO, A. M. C. **Estudo analítico-descritivo do curso de pedagogia da Unesp Araraquara quanto à inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos.** 2009. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, SP, Brasil.

LÜCK, H.; FREITAS, K. S.; GIRLING, R.; KEITH, S. **A escola participativa: O trabalho do gestor escolar.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NARDI, Henrique Caetano; QUARTIERO, Eliana. **Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar.** Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana, Rio de Janeiro, n. 11, p. 59-87, 2012.

ARIZA, A. C. Planejamento e ações de marketing. In: COLOMBO, S. S.; ZENKERR, M. R.; CHRISTÓVAN, M. C. T.; MATINS, M. L. O.; LARANJA, M.; MIZNE, O.; COLOMBO, P. H.; CARDIM, P. A. G.; BIROCHI, R.; COSTA, T. O. D. (Orgs.). **Gestão educacional: uma nova visão.** Porto Alegre, RS: Artmed, 2004. p. 67-77.

RIBEIRO, A. I.; MENIN, A. M. C. S. **Formação do gestor educacional: Necessidades da ação coletiva e democrática.** Presidente Prudente, SP: Arte & Ciência, 2005.

VAGLIATI, Ana Carla; GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. **Formação de professores e Educação Sexual: O conhecimento psicanalítico na prevenção e identificação da violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes na escola.** Revista Teias, v. 15, n. 37, p. 168-177, 2014.

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA

PARTE I - IDENTIFICAÇÃO

1. Nome:
2. Idade:
3. Há quanto tempo você é formada?
4. Há quanto tempo atua na área da educação?
5. Você possui alguma especialização? Se sim, qual a sua pós-graduação?
6. Hoje, com qual turma você trabalha?

PARTE II – ENTREVISTA

7. Você aborda o tema gravidez precoce em suas aulas?
8. Você tem alguma formação voltada para essa temática?
9. Você percebe alguma resistência por parte dos alunos em discutir esse tema?
10. Qual a política da escola em relação à educação sexual e gravidez precoce?
11. A escola possui parceria com serviços de saúde para ajudar a abordar sistemáticas?
12. Existe treinamento para professores saber como abordar a gravidez precoce?
13. Qual a atitude da escola em relação à inclusão de alunas grávidas ou mais jovens nas atividades escolares?
14. Como você acredita que a educação sexual pode influenciar a prevenção da gravidez precoce entre os alunos?
15. Quais recursos pedagógicos ou materiais você considera mais eficazes para abordar a gravidez precoce em suas aulas?
16. De que maneira você avalia a participação da comunidade e das famílias no processo de educação sexual relacionado á gravidez precoce?

17. Como a BNCC orienta a abordagem da gravidez precoce nas escolas, especificamente no 5º ano do Ensino Fundamental I, e qual o papel dos gestores e professores nesse processo?
18. Quais estratégias inovadoras os gestores e professores podem adotar para transformar as diretrizes da BNCC em práticas que realmente impactem a prevenção da gravidez precoce no 5º ano do Ensino Fundamental I?
19. Como as escolas podem equilibrar a aplicação das diretrizes da BNCC com a diversidade de contextos culturais e sociais dos alunos, garantindo uma abordagem sensível à prevenção da gravidez precoce?